

EXPEDIENTE

Maria da Paz de Araújo

Diretora-presidente

Geraldo Gutemberg Pereira

Diretor Administrativo e Financeiro

Servidor

Cargo

PREVI JUCURUTU

EDIÇÃO

HTS ADVOGADOS ASSOCIADOS

ANO DE PUBLICAÇÃO

2025



CARTILHA

PREVIDENCIÁRIA

Dos servidores
municipais de
Jucurutu



PREVI JUCURUTU



CARTILHA PREVIDENCIÁRIA DO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU

(Revista e atualizada em julho de 2025)

ÍNDICE

1- APRESENTAÇÃO	05
2- CONHEÇA O INSTITUTO	06
3- PREVIDÊNCIA SOCIAL	07
4- RPPS DE JUCURUTU	08
5- BENEFÍCIOS	14
7- REGRAS DE TRANSIÇÃO E DIREITO ADQUIRIDO	22
8- ABONO DE PERMANÊNCIA	25
9- DOCUMENTAÇÃO	26

APRESENTAÇÃO

Prezados(as) Servidores(as) Municipais de Jucurutu-RN,

É com grande satisfação que o Instituto de Previdência do Município de Jucurutu-RN - PREVI JUCURUTU apresenta esta Cartilha Previdenciária, um guia essencial para todos os que dedicam sua vida profissional ao serviço público em nossa cidade. A missão fundamental do nosso Instituto é assegurar a tranquilidade e a segurança previdenciária de cada servidor, garantindo o pagamento de seus benefícios de aposentadoria e pensão por morte, com foco na sustentabilidade e na gestão transparente dos recursos.

Nesta cartilha, o objetivo é apresentar de forma clara e objetiva a estrutura atual do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) de Jucurutu-RN e as regras que regem a concessão de benefícios previdenciários aos servidores municipais e seus dependentes.

Compreender o funcionamento do sistema previdenciário é um passo crucial para um planejamento de vida adequado, permitindo que cada um tome decisões informadas sobre seu futuro e o de sua família.

Esperamos que este material sirva como uma ferramenta valiosa de consulta, esclarecendo dúvidas e fortalecendo a confiança no nosso sistema previdenciário municipal.

Conheça o Instituto

O JucurutuPrevi foi criado sobre a Lei N° 861/2016 de 29 de Junho de 2016. Já a Lei N° 862/2016 de 29 de Junho de 2016 criou a Unidade Gestora do Regime Próprio. Após sua criação e aprovação houve eleição para a escolha dos seus gestores,

Missão

Arrecadar e administrar os recursos financeiros oriundos das contribuições previdenciárias para garantir e conceder aos seus segurados e dependentes, os benefícios previdenciários assegurados pela lei, bem como, buscar sempre o equilíbrio financeiro e atuarial para perpetuação do Fundo de Previdência do Município de Jucurutu.

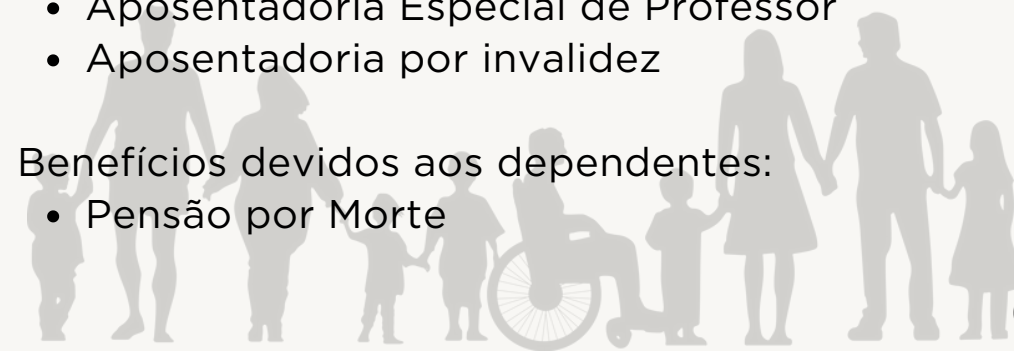
Benefícios

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu - PREVI incorpora uma gama de benefícios para os segurados, tais como:

- Aposentadoria Compulsória
- Aposentadoria Voluntária por Idade
- Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de contribuição
- Aposentadoria Especial de Professor
- Aposentadoria por invalidez

Benefícios devidos aos dependentes:

- Pensão por Morte



PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Previdência Social é um direito fundamental que protege você e sua família em momentos importantes da vida, como na aposentadoria, em casos de doença, invalidez ou falecimento.

Para ter acesso a esses benefícios, é preciso contribuir para o sistema.

No Brasil, a Previdência Social se divide em dois grandes tipos:

- Regime Geral de Previdência Social (RGPS): Administrado pelo INSS, é o regime da maioria dos trabalhadores da iniciativa privada e de alguns servidores públicos que não possuem regime próprio.
- Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS): São regimes específicos para servidores públicos efetivos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

O Município de Jucurutu-RN possui seu próprio RPPS, o que significa que a gestão da sua previdência é feita aqui, de forma mais próxima e dedicada aos nossos servidores.

PREVI JUCURUTU: *Seu Instituto de Previdência*

O PREVI JUCURUTU é a autarquia municipal responsável por administrar o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores de Jucurutu-RN. Ele tem personalidade jurídica própria, autonomia administrativa e financeira.

A principal missão do PREVI JUCURUTU é:

- Administrar, gerenciar e operar o regime previdenciário.
- Analisar, conceder, pagar e manter seus benefícios previdenciários.
- Arrecadar e cobrar as contribuições necessárias.
- Gerir os fundos e recursos arrecadados, sempre buscando o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema.

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Todos os servidores efetivos de Jucurutu-RN contribuem para o RPPS. Essa contribuição é essencial para garantir não só a sua aposentadoria, mas também a proteção dos seus dependentes em caso de falecimento. É um sistema de solidariedade, onde as contribuições dos servidores ativos e do Município custeiam os benefícios de todos.

Sobre o que incide a contribuição?

A contribuição incide sobre sua remuneração total, incluindo subsídios, que vêm dos cofres públicos municipais.

Importante: Algumas verbas não entram no cálculo da contribuição, como: diárias, ajuda de custo, indenização de transporte, salário-família, auxílio-alimentação, auxílio-creche, parcelas por local de trabalho, parcelas de cargo em comissão ou função de confiança, e o abono de permanência.

No entanto, você pode optar por incluir parcelas de cargo em comissão ou função de confiança na sua base de cálculo, o que pode ser vantajoso para o cálculo da sua aposentadoria pela regra da média.

Quais são as alíquotas de contribuição?

As alíquotas de contribuição são definidas por lei para garantir a sustentabilidade do sistema:

- Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas: A alíquota é de 14% (quatorze por cento). Para aposentados e pensionistas, essa contribuição incide apenas sobre o valor que exceder o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

- Contribuição Patronal (do Município):
-Alíquota Normal: O Município de Jucurutu, suas autarquias e fundações contribuem com 14,22% (quatorze vírgula vinte e dois por cento) sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos. Este valor já inclui a taxa de administração de 2%.

-Alíquota Suplementar: Além da alíquota normal, há uma alíquota suplementar que começou em 2,00% em 2019 e aumenta em 3,5% a cada dois exercícios, com previsão de término em 2051. Essa alíquota é um ônus exclusivo da Prefeitura.

Contribuintes	Alíquota de Contribuição (%)	Base de Cálculo
Servidores Ativos	14%	Remuneração a qualquer título, inclusive subsídios, oriunda dos cofres públicos municipais.
Aposentados e Pensionistas	14%	Proventos de aposentadorias ou de pensões, cujos montantes excedem o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
Município (Patronal)	14,22% (Normal) + Alíquota Suplementar (variável)	O montante total das quantias pagas ou postas à disposição dos servidores em atividade, de remuneração, a qualquer título, inclusive de subsídios.

E se o servidor for cedido, afastado ou licenciado?

Mesmo em situações de cessão, licenciamento ou afastamento, sua vinculação ao PREVI JUCURUTU é mantida. A contribuição será calculada com base na remuneração do cargo efetivo que você ocupa. É fundamental que as contribuições sejam recolhidas continuamente para garantir seus direitos futuros.

Quem são os Beneficiários do PREVI JUCURUTU?

O PREVI JUCURUTU protege os servidores públicos do Município e seus dependentes.

Os Segurados do PREVI JUCURUTU

São considerados segurados do PREVI JUCURUTU:

- Segurados Ativos: Servidores efetivos de todos os Poderes do Município (Executivo e Legislativo), suas autarquias e fundações públicas.
- Segurados Inativos: Servidores que já se aposentaram pelo PREVI JUCURUTU.

Os Dependentes Previdenciários

Os dependentes são as pessoas que podem receber benefícios, como a pensão por morte, em caso de falecimento do segurado. Eles são divididos em classes, com ordem de preferência:

Classe I (Preferencial):

- Cônjuge, companheiro(a) (inclusive de união estável homoafetiva).
- Filho(a) não emancipado(a), de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido(a) (desde que a invalidez tenha ocorrido antes dos 21 anos ou do falecimento do segurado).
- O enteado e o menor sob tutela podem ser equiparados a filhos, desde que comprovada a dependência econômica e que não possuam bens para sustento próprio.
- A dependência econômica para esta classe é presumida.
- **Como comprovar a união estável?** A união estável pode ser comprovada administrativamente com documentos como: certidão de nascimento de filho em comum, certidão de casamento religioso, declaração de imposto de renda com o outro como dependente, prova de mesmo domicílio (contas de consumo), conta bancária conjunta, plano de saúde com dependência, entre outros.

Classe II:

- Os pais do segurado, desde que comprovada a dependência econômica e na ausência de dependentes da Classe I. A dependência econômica é caracterizada quando a renda bruta do genitor não for superior a duas vezes a menor remuneração paga pelo Município.

Classe III:

- O irmão(ã) não emancipado(a), de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido(a), que viva sob dependência econômica do segurado, cujos pais não tenham condições de assistência e que não estejam vinculados a outro regime de previdência.

Quando se perde a qualidade de Segurado e Dependente?

A condição de segurado é perdida por morte, exoneração ou demissão.

A qualidade de dependente ou pensionista é perdida nas seguintes situações:

- Cônjuge: Pela separação judicial ou divórcio (exceto se houver pensão alimentícia), ou anulação do casamento.
-
- Companheiro(a): Pela cessação da união estável (exceto se houver pensão alimentícia).
-
- Filho(a) e Irmão(ã): Ao completar 21 anos (salvo se inválidos ou deficientes, com invalidez anterior aos 21 anos ou ao óbito), ou pela emancipação.
- Dependentes em Geral: Pela cessação da invalidez ou da dependência econômica, ou pelo falecimento do próprio dependente.
- Pais: Quando a renda bruta do genitor for superior a duas vezes a menor remuneração paga pelo Município.

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

APOSENTADORIAS

A aposentadoria representa o desligamento do servidor de suas atividades, é o momento de transição do servidor para a inatividade, com o recebimento de um benefício mensal. As regras são baseadas na Constituição Federal e suas Emendas, adaptadas pela legislação municipal.

Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição (Regra Permanente)



Para quem atinge idade mínima e tempo de contribuição.

- Requisitos:
 - 10 anos de serviço público.
 - 5 anos de efetivo exercício no cargo da aposentadoria.
 - 35 anos de contribuição (homens) / 30 anos (mulheres).
 - 60 anos de idade (homens) / 55 anos (mulheres).

- Cálculo dos Proventos: Integrais da média aritmética simples das maiores remunerações (80% de todo o período contributivo a partir de julho de 1994).
- Reajuste: Segue os índices do INSS, sem paridade ou integralidade. Benefícios no valor de um salário-mínimo são reajustados para o valor do salário-mínimo vigente.
- Para Professores: Redução de 5 anos nos requisitos de tempo de contribuição e idade, se comprovarem efetivo exercício nas funções de magistério.

Aposentadoria Compulsória



- É a aposentadoria obrigatória do servidor ao atingir a idade-limite, independentemente do tempo de contribuição.
- Idade Limite: 75 (setenta e cinco) anos de idade.
- Cálculo dos Proventos: Proporcionais ao tempo de contribuição, calculados pela média aritmética simples das maiores remunerações (80% de todo o período contributivo a partir de julho de 1994).
- Reajuste: Segue os índices do INSS, sem paridade ou integralidade. Benefícios no valor de um salário-mínimo são reajustados para o valor do salário-mínimo vigente.

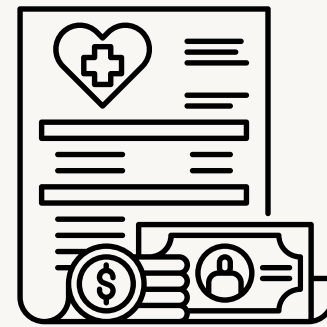
Aposentadoria **Voluntária por Idade** **(Regra Permanente)**



Para quem atinge a idade mínima, independentemente do tempo de contribuição, desde que cumpridos os tempos mínimos de serviço público e no cargo.

- Requisitos:
 - 10 anos de serviço público.
 - 5 anos de efetivo exercício no cargo da aposentadoria.
 - 65 anos de idade (homens) / 60 anos (mulheres).
- Cálculo dos Proventos: Proporcionais ao tempo de contribuição, calculados pela média aritmética simples das maiores remunerações (80% de todo o período contributivo a partir de julho de 1994).
- Reajuste: Segue os índices do INSS, sem paridade ou integralidade. Benefícios no valor de um salário-mínimo são reajustados para o valor do salário-mínimo vigente.

Aposentadoria por **Incapacidade** **Permanente**

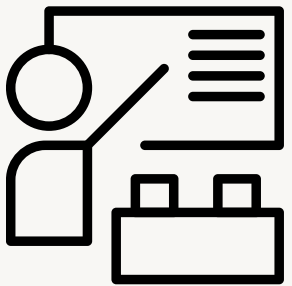


Concedida ao servidor que, por doença ou acidente, é considerado total e permanentemente incapaz para o trabalho.

- Requisitos: A incapacidade é verificada por exame médico-pericial da Junta Médica do Município. O aposentado por invalidez deve se submeter a perícias periódicas (a cada dois anos) para verificar a manutenção da invalidez.
- Cálculo dos Proventos:
 - Regra Geral: Proporcionais ao tempo de contribuição.
 - Exceção (Proventos Integrais): Se a invalidez for causada por acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável (como tuberculose ativa, câncer, AIDS, etc.), os proventos serão integrais.
- Reajuste:
 - Para quem tem direito à paridade (geralmente quem ingressou até 31/12/2003 ou cuja invalidez decorra de acidente/doença grave), os proventos são reajustados na mesma proporção e data da remuneração dos servidores ativos.
 - Para os demais, o reajuste segue os índices do INSS.

Importante: Benefícios no valor de um salário-mínimo são reajustados para o valor do salário-mínimo vigente (ex: R\$ 1.518,00 em 01/01/2025).

Aposentadoria **Especial de Professor**



Benefício com requisitos diferenciados para professores que comprovem tempo exclusivo de efetivo exercício nas funções de magistério na educação infantil, ensino fundamental e médio.

- Requisitos:
 - 10 anos de serviço público.
 - 5 anos de efetivo exercício no cargo da aposentadoria.
 - 55 anos de idade (homens) / 50 anos (mulheres).
 - 30 anos de contribuição (homens) / 25 anos (mulheres).
- Cálculo dos Proventos: Integralidade da média aritmética simples das maiores remunerações (80% de todo o período contributivo a partir de julho de 1994), limitada à remuneração do cargo efetivo.
- Reajuste: O reajuste desses proventos seguirá a mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (INSS).

Pensão
por Morte



A pensão por morte é um benefício mensal concedido aos dependentes do segurado (ativo ou inativo) em caso de seu falecimento.

- Quando o benefício começa?
 - Do óbito, se requerida em até 30 dias.
 - Da data do requerimento, se solicitada após 30 dias do óbito.
 - Da decisão judicial, em caso de ausência do segurado.
 - Da data do desaparecimento por acidente/desastre (provisoriamente).
- Como é calculado o valor da pensão?
 - Se o segurado falecido estava aposentado: O valor da pensão será igual à totalidade dos proventos, limitado ao teto do INSS, acrescido de 70% da parcela que exceder esse limite.
 - Se o segurado falecido estava em atividade: O valor da pensão será igual à totalidade da remuneração do cargo efetivo, limitado ao teto do INSS, acrescido de 70% da parcela que exceder esse limite.

- Regras de Reajuste:
- Para quem tem direito à paridade (segurados falecidos até 31/12/2003 ou inativos aposentados com base no Art. 3º da EC nº 47/2005), as pensões são reajustadas na mesma proporção e data da remuneração dos servidores ativos.
- Para os demais, o reajuste segue os índices do INSS.
- Importante: Benefícios no valor de um salário-mínimo são reajustados para o valor do salário-mínimo vigente (ex: R\$ 1.518,00 em 01/01/2025).
- Duração da Pensão para Cônjuge/Companheiro: Pode ser vitalícia ou temporária, dependendo de requisitos como tempo de contribuição do falecido (mínimo de 18 contribuições), tempo de união/casamento (mínimo de 2 anos antes do óbito) e idade do cônjuge/companheiro na data do óbito.

Idade do Cônjuge/Companheiro na data do óbito	Duração da Pensão
Menos de 21 anos	3 anos
Entre 21 e 26 anos	6 anos
Entre 27 e 29 anos	10 anos
Entre 30 e 40 anos	15 anos
Entre 41 e 43 anos	20 anos
44 anos ou mais	Vitalícia

- Condições adicionais para duração vitalícia/variável: mínimo de 18 contribuições mensais do segurado e união/casamento com no mínimo 2 anos antes do óbito.
- Rateio e Reversão: A pensão é dividida igualmente entre os dependentes. Se um dependente perder o direito, sua parte é revertida e dividida entre os demais.
- Extinção da Cota de Pensão: A cota pode ser extinta por morte do dependente, atingir a idade limite (21 anos para filho/enteado, 18 para tutelado), emancipação, ou cessação da invalidez. O novo casamento ou união estável do cônjuge/companheiro(a) ou pais não extingue a cota da pensão.
- Acúmulo de Benefícios: Em geral, não se pode acumular mais de uma pensão por morte do mesmo cônjuge/companheiro no mesmo RPPS. No entanto, é permitido acumular pensões de regimes diferentes (RGPS, RPPS, militares) ou pensão com aposentadoria, aplicando-se regras de abatimento que garantem o benefício mais vantajoso integralmente e uma parte dos demais.

REGRAS DE TRANSIÇÃO E DIREITO ADQUIRIDO

As regras de transição foram criadas para proteger o direito de servidores que já estavam no serviço público antes das reformas previdenciárias mais recentes. Elas buscam equilibrar a sustentabilidade do sistema com a proteção dos direitos dos servidores.

- **Regra de Transição I - Art. 6º da EC nº 41/2003 (Para servidores que ingressaram no serviço público até 31/12/2003)**

Requisitos: Idade mínima: 60 anos (homens) / 55 anos (mulheres); Tempo de contribuição: 35 anos (homens) / 30 anos (mulheres); 20 anos de serviço público; 10 anos de carreira; 5 anos no cargo.

Cálculo e Reajuste: Proventos integrais (totalidade da remuneração do cargo efetivo) e com paridade (reajuste na mesma proporção e data da remuneração dos servidores em atividade). Redutor de 5 anos para professores.

- **Regra de Transição II - Art. 3º da EC nº 47/2005 (Para servidores que ingressaram no serviço público até 16/12/1998)**

Requisitos: Idade mínima: 60 anos (homens) / 55 anos (mulheres); Tempo de contribuição: 35 anos (homens) / 30 anos (mulheres); 25 anos de servi-

-ço público; 15 anos de carreira; 5 anos no cargo. Permite redução de 1 ano de idade para cada ano de contribuição que exceder o mínimo.

Cálculo e Reajuste: Proventos integrais (totalidade da remuneração do cargo efetivo) e com paridade. Não aplicável a professores.

- **Regra de Transição III - Art. 2º da EC nº 41/2003 (Para servidores que ingressaram no serviço público até 16/12/1998)**

Requisitos: Idade mínima: 53 anos (homens) / 48 anos (mulheres); Tempo de contribuição: 35 anos (homens) / 30 anos (mulheres), acrescido de um "pedágio" de 20% sobre o tempo que faltava em 16/12/1998. 5 anos no cargo.

Cálculo dos Proventos: Média aritmética simples das maiores remunerações (80% do período contributivo), com redução de 5% para cada ano antecipado em relação aos limites de idade da regra permanente.

Reajuste: Segue os índices do INSS, sem paridade ou integralidade. Benefícios no valor de um salário-mínimo são reajustados para o valor do salário-mínimo vigente. Aplicável a professores com bônus e pedágio.

Direito Adquirido

- Garante a aposentadoria (e pensão) a qualquer tempo para servidores que, até 31/12/2003, já haviam cumprido todos os requisitos da legislação então vigente.

Cálculo e Reajuste: Proventos integrais (totalidade da remuneração do cargo efetivo) e com paridade.

Tipo de Aposentadoria	Requisitos (H/M)	Cálculo dos Proventos	Reajuste	Observações
Por Invalidez (Geral)	Incapacidade total e permanente	Proporcional à Média	INSS (ou Salário Mínimo)	Sem paridade/integralidade.
Por Invalidez (Acidente/Doença Grave)	Incapacidade total e permanente	Última Remun. (pré-2004) / Média (pós-2004)	Paridade	Garante integralidade e paridade.
Compulsória	Idade: 75 anos	Proporcional à Média	INSS (ou Salário Mínimo)	Sem paridade/integralidade.
Voluntária por Idade e Tempo (Permanent e)	Idade: 60/55; Contrib.: 35/30; Serv. Público: 10; Cargo: 5	Integral da Média	INSS (ou Salário Mínimo)	Sem paridade/integralidade. Redutor 5 anos p/ professor.
Voluntária por Idade (Permanent e)	Idade: 65/60; Serv. Público: 10; Cargo: 5	Proporcional à Média	INSS (ou Salário Mínimo)	Sem paridade/integralidade.
Especial de Professor	Idade: 55/50; Contrib.: 30/25; Serv. Público: 10; Cargo: 5	Integral da Média	INSS (ou Salário Mínimo)	Sem paridade/integralidade. Exclusivo magistério.
Transição I (EC 41/2003 - até 31/12/2003)	Idade: 60/55; Contrib.: 35/30; Serv. Público: 20; Carreira: 10; Cargo: 5	Totalidade da Remun.	Paridade	Garante integralidade e paridade. Redutor 5 anos p/ professor.
Transição II (EC 47/2005 - até 16/12/1998)	Idade: 60/55 (c/ redutor); Contrib.: 35/30; Serv. Público: 25; Carreira: 15; Cargo: 5	Totalidade da Remun.	Paridade	Redução de 1 ano de idade p/ cada ano excedente de contribuição. Não aplicável a professor.
Transição III (EC 41/2003 - até 16/12/1998)	Idade: 53/48; Contrib.: 35/30 + pedágio 20%; Cargo: 5	Média c/ Redutor (5% p/ ano antecipado)	INSS (ou Salário Mínimo)	Sem paridade/integralidade. Aplica-se a professor c/ bônus/pedágio.
Direito Adquirido (até 31/12/2003)	Requisitos da lei anterior cumpridos até 31/12/2003	Totalidade da Remun.	Paridade	Garante integralidade e paridade.

ABONO DE PERMANÊNCIA

O abono de permanência não é um benefício previdenciário, mas uma vantagem financeira para o servidor que, mesmo já tendo cumprido todos os requisitos para se aposentar, decide continuar trabalhando. Você deve solicitá-lo diretamente no seu órgão de origem.

Qual o objetivo? Incentivar servidores experientes a permanecerem na ativa, o que também gera economia para o Município, pois adia a despesa de pagar a aposentadoria e o salário de um possível substituto.

Você terá direito ao abono de permanência se preencher todos os requisitos para se aposentar em uma das seguintes regras:

- Regra permanente da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição (Art. 40, § 1º, III, “a”, c/c § 19 da Constituição Federal).
- Regra de transição do Art. 2º da Emenda Constitucional nº 41/2003 (para quem ingressou até 16/12/1998).
- Regra do direito adquirido do Art. 3º da Emenda Constitucional nº 41/2003 (para quem ingressou até 31/3/2003).
- Regra de transição do Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 (para quem ingressou até 16/12/1998).

DOCUMENTAÇÃO

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA: PREPARE-SE!

Apresentar a documentação completa e correta é fundamental para que seu pedido de benefício seja analisado e concedido rapidamente.

Documentos Comuns a Todos os Benefícios

Tenha sempre em mãos (cópias):

- Carteira de identidade (RG) e CPF.
- Comprovante de residência atualizado em seu nome.
- Comprovante de conta bancária.
- Contracheque atualizado.
- Declaração de vínculo ou contracheque atualizado (se for servidor de outro ente).
- Foto 3x4.
- Certidão de casamento ou declaração de união estável.
- RG e CPF do cônjuge ou companheiro(a).
- RG, CPF e certidão de nascimento dos filhos (menores e maiores de 21 anos, se aplicável).
- Carteira de Trabalho, Título de Eleitor, Cartão do PIS e/ou Pasep.
- E-mail e telefone atualizados.

Documentos Específicos para Cada Tipo de Aposentadoria

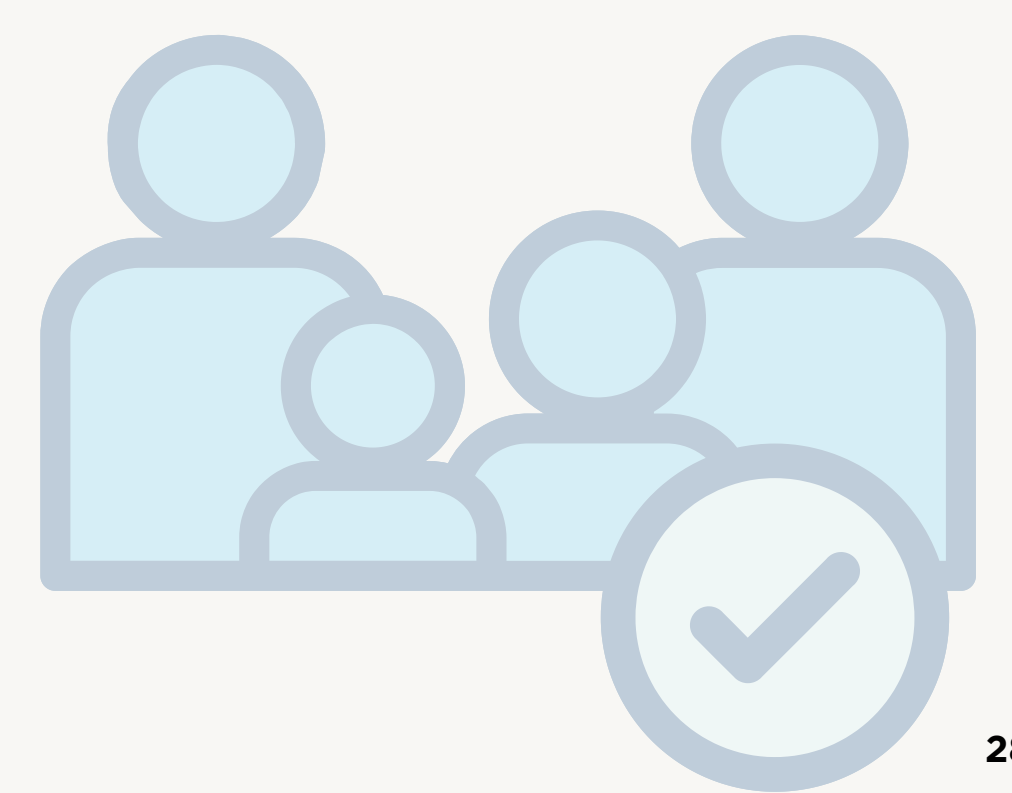
- Aposentadoria por Invalidez:
 - Parecer ou laudo médico que ateste a incapacidade.
 - Laudo médico conclusivo de medicina especializada, ratificado pela Junta Médica do Município, especificando a moléstia.
 - Certidão de Tempo de Contribuição (CTC).
- Aposentadoria Compulsória, Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição / Por Idade:
 - Certidão de Tempo de Contribuição (CTC).
- Aposentadoria Especial de Professor:
 - Comprovação de tempo de efetivo exercício nas funções de magistério (ex: declarações da Secretaria Municipal de Educação).
 - Certidão de Tempo de Contribuição (CTC).

Documentos Específicos para Pensão por Morte

Além dos documentos comuns do requerente, são necessários:

Além dos documentos comuns do requerente, são necessários:

- Certidão de óbito do(a) servidor(a) falecido(a).
- Último contracheque do servidor falecido.
- Certidão de casamento (se um dos dois ou ambos tiverem sido casados anteriormente).
- Documentos para comprovação de união estável (se aplicável, conforme a lista de provas mencionada na seção "Os Dependentes Previdenciários").
- Documentos dos dependentes (RG, CPF, certidão de nascimento dos filhos, comprovante de residência, comprovante de conta bancária, e-mail e telefone).



SEU FUTURO PREVIDENCIÁRIO EM JUCURUTU-RN

A Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Jucurutu-RN, administrada pelo PREVI JUCURUTU, é um pilar essencial para a sua segurança e bem-estar. As regras previdenciárias podem parecer complexas, mas esta cartilha foi elaborada para simplificá-las e garantir que você esteja bem informado sobre seus direitos e deveres.

O PREVI JUCURUTU, com sua estrutura de governança transparente e participativa, está comprometido com a gestão eficiente dos recursos e a sustentabilidade do sistema. As contribuições de todos são fundamentais para assegurar que os benefícios sejam pagos hoje e no futuro.

Conhecer os requisitos para cada benefício, as formas de cálculo, as regras de reajuste e a documentação necessária é o primeiro passo para um planejamento previdenciário tranquilo. O PREVI JUCURUTU está aqui para ser seu parceiro nessa jornada, oferecendo suporte e transparência para que você possa usufruir plenamente de seus direitos previdenciários.

Conte sempre com o
PREVI JUCURUTU
para um futuro mais
seguro!

